

STARQ

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

2.ª série #23 Nov. 2020
anual

dossiê

CONSERVAR E REABILITAR O PATRIMÓNIO EDIFICADO

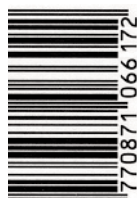
arqueológico, tradicional,
monumental e contemporâneo

**O STARQ e a Arqueologia
no contexto da COVID-19**

**Mestre Domingos Gonçalves da Silva
um oleiro tradicional de Muge**

**As “Pedras do Martirio” dos
Santos Mártires de Lisboa**

Preço: 10 €



9 770871 066 172



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

CONSERVAR E REABILITAR O PATRIMÓNIO EDIFICADO

Coordenação de Marluci Menezes
e António Santos Silva
[pp. 57-128]



Seleção de comunicações apresentadas ao ENCORE 2020 - 4.º Encontro de Conservação e Reabilitação de Edifícios (Lisboa, Nov. 2020), incluindo abordagens ao Património arqueológico, tradicional, monumental e contemporâneo.

Conservar e Reabilitar o Património Edificado |
Marluci Menezes e António Santos Silva ...58 ▶

A intervenção no Património arqueológico.
Usufruir *versus* ocultar/registar: o caso da Mamoa do
Carapito | Pedro Sobral de Carvalho, Alice Tavares Costa,
Aníbal Costa e Vera Moreira Caetano ...60 ▶

Análise da viabilidade de construção de terra nos Açores |
Marco Andrade, Soraya Genin, Maria Fernandes
e António Santos Silva ...68 ▶

Caraterização de uma construção erudita em adobe |
Nuno Nobre, Jorge Mascarenhas e Lurdes Belgas ...76 ▶

Projeto e obra de reabilitação do moinho hidráulico
de São Marçal, Esmeriz - Vila Nova de Famalicão |
R. Bruno Matos e Aníbal Costa ...86 ▶

Reabilitação arquitetónica e Património:
Catedral de Portalegre | Ana Paula Pinheiro
e Rui Barreiros Duarte ...96 ▶

Entre “analógico” e “digital”: metodologias
de levantamento, documentação e interpretação
da Igreja de São Pedro das Águias (Tabuaço) |
Teresa Cunha Ferreira, Maria Leonor Botelho
e Ricardo Dias ...106 ▶

Os programas decorativos dos interiores domésticos
na *Lisboa Pombalina*: o papel das fontes documentais
para sua leitura e conservação | Marta Raposo e
Stefano F. Musso ...114 ▶

O Património arquitectónico português
do século XX | Inês Ruas ...124 ▶

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Projeto arqueológico do Outeiro do Circo (Beja):
campanha de 2019 | Eduardo Porfírio, Miguel Serra
e Sofia Silva ...151 ▶

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras: relatório das actividades desenvolvidas
em 2019 | João Luís Cardoso ...156 ▶

Associação dos Arqueólogos Portugueses:
actividades de 2020 | Direcção da AAP ...159 ▶

Neóptica, Lda: principais intervenções de 2019 |
Nuno Neto, Paulo Rebelo e Raquel Santos ...161 ▶

Arqueohoje, Lda: *finding our future* |
Arqueohoje, Lda ...163 ▶

EVENTOS

A propósito da realização do XVI Congresso Internacional de Mosaicos Romanos
em Conímbriga, Rabaçal, São Simão e Santiago da Guarda, com excursão a Alter do
Chão, Mértola, Milreu e Faro (12 a 16 de Julho de 2024) | Miguel Pessoa,
Lino Rodrigo e Pedro Sales ...167 ▶

25 anos da Comissão de Estudos Orlisiponenses da Associação dos Arqueólogos
Portugueses | Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso e Carlos Boavida ...171 ▶

Lisboa não é só subterrânea. 25 anos depois de uma exposição: um ciclo de
conferências para ficar na memória da Orlisipografia | Tânia Manuel Casimiro,
Guilherme Cardoso e Carlos Boavida ...172 ▶

EVENTOS EM AGENDA ...175 ▶

NOVIDADES EDITORIAIS ...176 ▶ | RECORTES ...178 ▶

RESUMO

Os programas decorativos dos interiores domésticos fazem parte da *cultura material* da cidade histórica e podem ser relevantes no reconhecer do valor cultural de um *conjunto arquitectónico e urbano*.

São disso exemplo, na *Lisboa Pombalina*, os azulejos, as pinturas murais, os estuques decorativos e os tectos em madeira que integram hoje o palimpsesto de mais de 200 anos de uso e de transformação.

Os autores destacam o potencial informativo de fontes primárias, como contratos de obra de época, registos de inventário e processos de obra particulares, para o traçar de um quadro coerente das diferentes soluções decorativas. Uma abordagem metodológica que, integrada com o diagnóstico directo e ensaiada para o *conjunto*, poderá orientar a sua análise e conservação.

PALAVRAS CHAVE: Património; Lisboa Pombalina; Conservação; Artes decorativas; Análise documental.

ABSTRACT

The decorative programmes of domestic interiors are part of the historic city's *material culture* and may prove relevant for recognizing the cultural significance of an *architectural and urban ensemble*. Some examples of this in Pombaline Lisbon (*Lisboa Pombalina*) are the glazed ceramic tiles, the wall paintings, the decorative stuccoes, and the timber ceilings, included today in a palimpsest of over 200 years of use and transformation.

The authors highlight the informative potential of primary sources such as period building contracts, inventory registers, and private works' records to draw a coherent picture of the different decorative solutions. A methodological approach that, combined with direct diagnosis and planned out for the *ensemble*, may improve their analysis and conservation.

KEYWORDS: Heritage; Pombaline Lisbon; Conservation; Ornamental arts; Document analysis.

RÉSUMÉ

Les programmes décoratifs des intérieurs domestiques font partie de la *culture matérielle* de la ville historique et peuvent être notables pour la reconnaissance de la valeur culturelle d'un *ensemble architectonique et urbain*.

En sont les exemples, dans la *Lisbonne Pombaline*, les azulejos, les peintures murales, les stucs décoratifs et les plafonds en bois qui intègrent aujourd'hui le palimpseste de plus de deux cents ans d'utilisation et de transformation.

Les auteurs mettent en relief le potentiel informatif de sources primaires, tels les contrats de travaux de l'époque, les registres d'inventaires et les compte rendus de travaux privés, pour établir un tableau cohérent des différentes solutions décoratives. Une approche méthodologique qui, une fois intégrée dans le diagnostic direct et testée sur l'*ensemble*, pourra orienter son analyse et sa conservation.

MOTS CLÉS: Patrimoine; Lisbonne Pombaline; Conservation; Arts décoratifs; Analyse documentaire.

¹ Politecnico di Milano, DASTU - Departamento de Arquitectura e Estudos Urbanos, Itália (marta.raposo@polimi.it).

^{II} Università degli Studi di Genova, DAD - Departamento de Arquitectura e Design, Itália (etienne@arch.unige.it).

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Os Programas Decorativos dos Interiores Domésticos na Lisboa Pombalina

o papel das fontes documentais para sua leitura e conservação

Marta Raposo ^I e Stefano F. Musso ^{II}

1. INTRODUÇÃO

Os programas decorativos dos interiores domésticos fazem parte da *cultura material* da cidade histórica enquanto resultado tangível da vida de uma sociedade, fruto de actividades de produção, de distribuição e de consumo no tempo (AAVV, 1974). Toma-se assim como premissa que também eles podem revelar-se significativos para o reconhecimento cultural de um *conjunto arquitectónico e urbano*.

A conservação da “decoração arquitectónica” de interior em edifícios históricos de arquitectura corrente é, não só expressamente recomendada na *Carta de Cracóvia* (NETO, 2002), como prescrita nos *Princípios de La Valetta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos* (ICOMOS, 2011), retomando a *Carta de Washington* (ICOMOS, 1987). No entanto, no privilegiar da salvaguarda da *memória* da imagem urbana (AGUIAR, 2001), em detrimento dos espaços interiores e domésticos, maioritariamente privados, a sua protecção e conservação tem sido raramente abordada à escala do território. Isto é, enquanto parte integrante de um sistema de bens arquitectónicos difusos e estratificados, histórica e espacialmente interrelacionados (GIAMBRUNO, 2002).

Na *Lisboa Pombalina* (Fig. 1), os azulejos, pinturas murais, estuques decorativos e tectos de madeira considerados, a par de outros acabamentos de interior, no *Plano de Pormenor de Salvaguarda* vigente (CÂMARA MUNICIPAL..., 2011), integram hoje o palimpsesto de

mais de duzentos anos de uso e de transformações nos espaços domésticos¹ (BARREIROS, 2004) dos edifícios “de rendimento” e “nobres de aluguer” (SILVA, 1997) (Fig. 2), fruto de sucessivas exigências funcionais, de conforto e de mudanças de gosto.

Testemunhos da sua recorrência (ver adiante, ponto 2.1) numa área classificada consolidada, com características construtivas coevas, e amplamente estudada do ponto de vista histórico, arquitectónico, estrutural e urbano, estão na base da sua escolha para questionar as possibilidades de leitura e de conservação desta tipologia de bens culturais, enquanto *conjunto*.

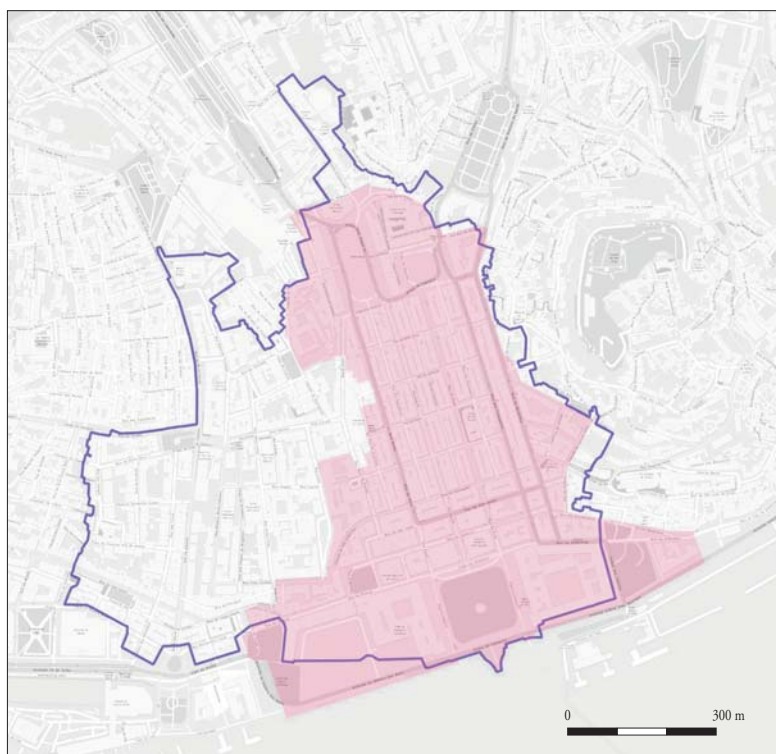
Por outro lado – na difícil relação entre mutação e modernização de cunho privado –, a sobrevivência de tal Património joga-se também, neste caso, por detrás das fachadas do *Conjunto de Interesse Público* (ver 2.2); entre a conservação prescrita pelos instrumentos de tutela e a destruição latente, inerente aos ciclos e práticas de reabilitação velozes, incongruentes e mesmo críticas, recorrentemente delatados pela comunidade científica, por organizações não-governamentais e pelos *media* (AGUIAR, CÓIAS e AMENDOEIRA, 2015; BARREIROS, 2016; MELÂNEO, 2018), sem que, contudo, exista um panorama de como estes acabamentos sobreviveram e se transformaram no tempo.

A presente comunicação enquadra-se num projecto de doutoramento que, indagando o significado cultural destes “programas decorativos”, pretende contribuir para o traçar de um quadro coerente dos seus vestígios materiais nos diferentes espaços domésticos, através de fontes documentais e das evidências remanescentes, com atenção adicional aos processos de degradação e ao impacto das intervenções passadas.

Expõem-se aqui os percursos de pesquisa documental iniciados e, através de alguns exemplos, ilustra-se o potencial informativo de algumas fontes escritas e iconográficas – contratos de obra de época; registos de inventário e processos de obras particulares –, acenando-se à possibilidade de integração destes dados com

os provenientes do diagnóstico directo, a realizar numa amostra representativa de interiores domésticos, nos edifícios históricos de habitação colectiva que caracterizam a *Lisboa Pombalina*.

¹ Vestíbulos e caixas de escadas comuns. Nos interiores habitacionais: antecâmaras ou “quartos independentes”, salas “da frente”, alcovas e outros quartos, corredores e cozinhas.



MAPA: Marra Raposo (adaptado).



FOTO: Marra Raposo, 2020.

FIGS. 1 E 2 – Em cima, perímetro da *Lisboa Pombalina* (linha azul, segundo a Portaria n.º 740-Dv/2012) e área de vigência do *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina* (a rosa).
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa / ESRI Standard.

Em baixo, edifícios de rendimento na Rua Augusta.

2. CONSERVAÇÃO DOS PROGRAMAS DECORATIVOS NO ESPAÇO DOMÉSTICO: A LISBOA POMBALINA COMO LABORATÓRIO

2.1. FRAGMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM “CONJUNTO”

Os aspectos formais, materialidade, estratificação e disposição (espacial, arquitectónica) dos programas decorativos de interior, na arquitectura corrente de matriz pombalina, surgem de forma variável e fragmentária na literatura disponível (por exemplo, no olhar preferencial sobre uma ou mais das soluções decorativas; ao nível do quarteirão, edifício, fogo ou espaço). A percepção da sua relevância cultural, sobrevivência e risco de perda, parece, contudo, ser crescente no decurso das últimas três décadas, merecendo atenção, seja no âmbito da produção académica, aliada a temas da história e conservação arquitectónica e urbana da *Lisboa Pombalina*, seja em conteúdos de divulgação municipal.

Os azulejos destacam-se como revestimento decorativo privilegiado, único, aliás, considerado nos “*apartamentos nus*” da reconstrução pós-terramoto de José Augusto FRANÇA (1989), e cujo carácter modular, intermutável e funcional é tratado depois por MASCARENHAS (1996), enquanto parte do sistema construtivo dos edifícios de rendimento “pombalinos”.

À conhecida historiografia artística sobre a azulejaria portuguesa, soma-se o olhar sistemático e de dimensão urbana dado pelo inventário temático realizado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos

Nacionais (DGEMN), entre 2003 e 2004, mais tarde complementado pela catalogação progressiva dos padrões pombalinos, sob alçada da AZ - Rede de Investigação em Azulejo. Na publicação resultante do primeiro inventário (CORREIA e SILVA, 2004), caracterizam-se os azulejos de padrão, avulsos, de composição ornamental e figurativa (rococó e neoclássica) que compõem rodapés, silhares e registos dos interiores na zona da Baixa, com referência ao conhecimento existente sobre o seu contexto de manufactura (Real Fábrica de Louça ao Rato e não só), à sua hierarquização nos vários espaços, assim como à sua relação arquitectónica e decorativa com as pinturas murais (Figs. 3 e 4) e guardas de ferro das caixas de escadas. Destacam-se as suas valências funcionais e ornamental, relatando-se a condição em que os mesmos foram frequentemente encontrados (sob estratos de tinta, recolocados) ou detectada a sua presença progressa.

Em 2002, Irene Frazão e Maria Helena Santos (FRAZÃO e SANTOS, 2002) haviam já alertado para a susceptibilidade das pinturas murais, face às alterações de ordem espacial e estrutural dos espaços, bem como para a necessidade de uma abordagem rigorosa à materialidade e condição desta solução decorativa que “*nasce na própria parede*”, segundo a terminologia de referência, técnicas de intervenção específicas e com adopção de posturas preventivas que minimizem a perda dos seus estratos, também eles *documento* da história da habitação colectiva da *Lisboa Pombalina*.



FIGS. 3 E 4 – À esquerda, tectos de saia-camisa, pintura decorativas e rodapés em azulejo de padrão num 5.º andar da Rua dos Douradores.

Em baixo, revestimentos decorativos de uma “sala da frente” na Rua de São Julião (4.º andar): relação entre pintura e silhares de azulejo; tectos de saia-camisa encabeirados.



FOTOS: Maria Raposo.

As características formais (motivos, composições, paleta) e a disposição arquitectónica destas pinturas (por exemplo, formando molduras em toda a extensão das paredes, contornando os vãos), atribuídas ao período mariano e a campanhas oitocentistas sucessivas, foi recentemente retomada por MONTEIRO (2019), que, na perspectiva da História da Arte e a partir da análise de um número significativo de ambientes interiores na zona da Baixa (arruamentos principais e secundárias), dá um oportuno contributo sobre o contexto alargado da sua produção e alteração no tempo. A autora reafirma a carência de abordagem a esta solução decorativa enquanto parte do conjunto arquitectónico, assim como de conhecimento sobre a mesma, o que, a par da sua “invisibilidade” (e não só material), ditará o seu progressivo desaparecimento.

MONTEIRO (2019) refere-se ainda aos estuques decorativos dos tectos – cuja aplicação e declinações formais se reforçarão a partir da viragem do século – como possível resultado de uma simplificação e adaptação, anónima, da produção monumental setecentista, associada aos ensinamentos do mestre italiano Giovanni Grossi e à Aula de Desenho e Estuque (1764-1777), no complexo fabril do Rato. A caracterização material e tecnológica de estuques ornamentais portugueses dos séculos XVIII e XIX (embora em arquitectura religiosa e palaciana) tem sido objecto de estudo nos últimos anos (FREIRE, 2016).

O carácter modular dos forros em madeira dos tectos (a par de portas e janelas, ferros decorativos de guardas e ferragens) foram igualmente tratados por MASCARENHAS (1996). Os forros de saia-camisa procedentes da tradição construtiva joanina – pintados e, muitas vezes, encabeirados (Figs. 3 e 4) – são exemplo da longa permanência de uma solução construtiva de acabamento interior, em espaços residenciais, cuja caracterização e principais formas de degradação são, por isso, apontadas pela literatura técnica de referência, incluindo de Reabilitação (APPLETON, 2011).

2.2. PROTECÇÃO E CONSERVAÇÃO POR DETRÁS DAS FACHADAS: BREVE ENQUADRAMENTO

Contrariamente a outros países europeus, a *Lei de Bases do Património Cultural* portuguesa define que, como tal para os exteriores, não poderá realizar-se “qualquer intervenção ou obra no [...] interior de [...] conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso susceptível de o afectar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente [...]” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA..., 2001: Art.º 15).

As origens, evolução e limites do actual quadro jurídico de protecção da *Lisboa Pombalina* (SECRETARIA DE ESTADO..., 2012), assim como a abordagem do *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina* (PPSBP) vigente ao edificado histórico corrente, foram oportuna-

mente debatidas por BARREIROS (2013). Importa, no entanto, lembrar que, se a referida classificação exalta o “valor estético, técnico e material” do conjunto, na sua “conceção arquitectónica e urbanística”, sem especificação dos *bens móveis integrados* abrangidos (CONSELHO DE MINISTROS..., 2009), o PPSBP prescreve a necessidade de avaliação do interesse histórico e arquitectónico, bem como do estado de conservação dos espaços interiores, a par do “valor artístico” (aspecto aparentemente diferenciador) dos “elementos funcionais e decorativos existentes”, como “caixas de escada, pavimentos, tectos de madeira, estuques decorativos, azulejos, cantarias bancos de conversadeiras, guardas de ferro fundido ou forjado, e outros elementos de valor patrimonial”, a preservar. Ainda que passíveis de alteração (para melhoria das condições de segurança, funcionalidade e habitabilidade), tal como a classificação, o PPSBP esclarece que o estudo e intervenção em tais bens é regulamentado pelo Decreto-Lei 140/2009, compelindo à justificação das opções propostas em sede de *relatório prévio* e à *entrega de telas / relatório final* concluída a obra (CONSELHO DE MINISTROS..., 2009; CÂMARA MUNICIPAL..., 2011: artigos 8.º e 27.º).

A comum indefinição do que é passível ou não de ser considerado componente destes “programas decorativos” e a sua abordagem variável entre os *bens imóveis* ou *móveis integrados* determinará, por outro lado, o envolvimento (ou não) da Conservação e Restauro ao nível dos estudos, projecto e intervenção (CONSELHO DE MINISTROS..., 2009), acompanhando, a par das restantes especialidades, a Arquitectura.

3. OS PROGRAMAS DECORATIVOS DO CONJUNTO NAS FONTES DOCUMENTAIS: SELECÇÃO E ABORDAGEM PRELIMINAR

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O recurso a fontes documentais primárias para a *leitura material* do Património construído é hoje prática prescrita (CEN, 2012 e 2018) e de aplicação crescente. Do ponto de vista metodológico, é irrefutável o seu potencial informativo e de integração com as evidências materiais (BOATO, 1998) para a construção de uma *história física do edificado* (do detalhe ao território), da qual fazem parte as formas, processos e causas da degradação (MANNONI, 1996).

A leitura dos aspectos materiais e humanos associados aos programas decorativos em estudo através de fontes “indirectas” (escritas e iconográficas) decorre: **a)** como base de *interpretação da realidade tangível* dos diferentes acabamentos – construção, estratificação, vicissitudes sofridas – à escala urbana; **b)** enquanto ponto de partida para a selecção de *casos de estudo* e suporte à *preparação do diagnóstico* directo, a realizar *in loco* nos ambientes domésticos.

3.2. SELECÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

A selecção das seguintes *fontes primárias* visa abordar o objecto de estudo, em duas perspectivas:

1) **Aspectos históricos da sua construção** (1758-1822): retoma da análise dos *contratos de obra*, entre os já transcritos por (SILVA, 1997) e adicionais, progressivamente recolhidos nos fundos dos Cartórios Notariais de Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Até à data, foram analisados 18 manuscritos, 13 exemplares da década de 1960, dois dos anos 1980, e três adicionais da década de 1990, todos relativos a edifícios “*de rendimento*” ou “*nobres de aluguer*”, dentro da área classificada.

2) **Sobrevivência, degradação, transformação** no tempo: documentação escrita, gráfica e fotográfica disponível nos *registos de inventário* do SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (DGPC, 2019) e nos *processos de obra particulares*, no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), referentes a edifícios seleccionados nas áreas I e II da *Lisboa Pombalina*, segundo a tipologia arquitectónica e data aproximada de construção (REIS, SIMÕES e RODRIGUES, 2004). Partiu-se de um universo de 213 edifícios inventariados no SIPA. À data, foram consultados 18 processos de obra no AML, com documentação variável (em tipologia e quantidade), datada entre 1886 e 2019.

4. POTENCIAL INFORMATIVO E DE INTEGRAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO: ALGUNS EXEMPLOS

4.1. RETOMAR OS CONTRATOS DE OBRA DA LISBOA POMBALINA

Os contratos de obra reportáveis ao longo do processo de reconstrução após o grande terramoto de 1755 foram anteriormente tratados, com diferentes propósitos, por MASCARENHAS (1996) e SILVA (1997), autora que deixou um repto para o interesse da sua retoma.

Os manuscritos da década de 1960 são bem ilustrativos do faseamento da construção das novas “*propriedades de cazas*”, concentradas ainda na zona da Baixa (por exemplo, Rua Augusta, Rua dos Correiros, actuais Rua do Comércio e Rua dos Fanqueiros; um na Rua do Corpo Santo), sob a “*regulação da cidade*”, segundo o “*prospecto da Rua*”².

² Edifício para a “*Rua Nova del Rey*” (Rua do Comércio), com frente para a “*Rua Nova da Princeza*” (Rua dos Fanqueiros). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 8.º Cartório Notarial de Lisboa, Cx.7, Lv. 34, pp. 70-80.

³ Edifício na Rua Augusta, junto ao Rossio. ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício - B, Cx. 9, Lv. 42, pp. 57-58.

⁴ Edifício no “*sítio que vai do Rocio para a Prasa do Comércio*”. ANTT, 7.º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício - B, Cx. 7, Lv. 24, pp. 26-27.

⁵ Que poderá também ser interpretado como *azulejador* (segundo CARVALHO e MANGUCCI, 2018).

⁶ Edifício na “*Travessa de São Nicolao*”. ANTT, 2.º Cartório Notarial de Lisboa. Cx. 120, Lv. 566, pp. 91-92.

⁷ Edifício numa “*das travessas da Rua Augusta a que fazem frente a Rua dos Correiros*”. ANTT, 8.º Cartório Notarial de Lisboa, Cx. 7, Lv. 34, pp. 68-69.

⁸ ANTT, Registos Notariais de Lisboa. Cartório n.º 1. Maço 133. Cx. 135, Lv. 639, p. 72v, transcrito em SILVA, 1997.

⁹ ANTT, Registos Notariais de Lisboa. Cartório n.º 11, Cx. 153, Lv. 720, p. 86, transcrito em SILVA, 1997.

Alguns contratos possibilitam uma localização bastante aproximada do edifício (ao nível da rua ou do quarteirão), assim como a “*visualização*” do número de pisos e de fogos (ou até mesmo a posição da caixa de escadas³). Sabe-se, contudo que, se os edifícios eram construídos “*na forma determinada por sua Magest.de*”, a espacialidade dos interiores dependeria dos “*repartimentos que elle senhorio determinar*”⁴. As figuras profissionais líderes destas empreitadas eram, indubitavelmente, o carpinteiro, o pedreiro, por vezes o canteiro. No entanto, exige-se a participação de outros ofícios – entre eles o “*ladrilhador*”⁵, *pintor, ferreiro, e vidraceiro*”⁶ – seja na execução da obra, seja no âmbito da sua medição e avaliação.

Regendo-se por princípios de *qualidade e segurança*, a que se associam as opções materiais e construtivas dos elementos estruturais e seu reforço (por exemplo, alvenarias, frontais, gatos metálicos), não é de menosprezar a atenção dada já aos acabamentos, mormente no que toca à diferenciação das madeiras para forros dos tectos (por exemplo, de Flandres, mas de Castanho nas águas-furtadas⁷), alizares das portas e caixilhos de janelas, e a recorrente alusão às “*ferragens precisas*” enquanto elemento indicador da “*obra acabada*”.

Os tectos de madeira – isto é, o “*forro de esteira ordinário encabeirado*” descrito nas advertências de OLIVEIRA (1757), que permanece nos manuais de construção civil até meados do século XX (segundo COSTA, 1955) – reafirmam-se como solução construtiva corrente.

Por exemplo, em 1781, dita-se que, num prédio na Rua dos Remolares, estes devem ser de “*forro debruado de madeira de casquinha*”⁸ e, para uma construção do lado Nascente da Rua do Ouro – contratada em 1791 –, especifica-se: “*todas as cazas de fora forradas, encabeiradas com moldura de meia largura e todas as mais cazas e a escada também forradas e encabeiradas com sua moldura de sepo, sendo tudo de madeira de flandres*”⁹.

Importa depois recuperar o demonstrado por Henriques da SILVA (1997), através dos contratos das décadas de 1780 e 1790, acerca da pormenorização dos acabamentos e soluções decorativas, associada à organização, hierarquia e ocupação dos interiores domésticos e à escolha pessoal dos proprietários.

Se o termo *azulejo* não surge na amostra de contratos da década de 1760 (o alternativo *ladrilho*, sim), esta solução de revestimento parietal, considerada, por exemplo, nas instruções de Fernando José Pacheco (1789)¹⁰, ganha diferente destaque nos contratos nas últimas décadas de setecentos, em que se indica o número de fiadas de azulejos da Real Fábrica de Louça a aplicar conforme a importância dos espaços (por exemplo, “nas cazas principaes a sete [...], corredores e cozinhas a dois”¹¹) e andares. Por outro lado, alude-se à prática comum quando se refere, para um dos edifícios, que “também é azulejada a escada geral como hé costume”.

Relativamente aos estuques, à aplicação do fasquiado nos tectos “para estuque em arco” num contrato de 1791 (prédio de gaveto entre a Rua da Madalena e a Rua de São Julião), adiciona-se o detalhe, anteriormente evidenciado por SILVA (1997), relativo às molduras e ornatos para decorar os espaços de um prédio “nobre” da Rua do Ferragial, sendo clara a diferenciação entre “primeiro, seg.do e terceiro andar, levando as sallas principaes de fora e cozinha, sua moldura com florão ao meyo e das alcovas lizas” e os espaços a partir do quarto andar, nos quais se deveria adoptar tectos de madeira, ainda que com maior ornamentação nas salas principais¹². Embora não se faça menção à figura profissional *estucador* nestes contratos, esta surge pontualmente no levantamento de Borges de MACEDO (1982) a partir dos pagamentos da “Décima de Maneio”, da década de 1760. Fica por esclarecer até que ponto a sua afirmação e autonomia no âmbito da construção civil lisboeta beneficiou do alvará de Dezembro de 1771 (*COLLECCÃO DAS LEYS...*, s.d.), que determinou que nenhum pedreiro, carpinteiro ou moldureiro pudesse fazer obra de estuque sem ter sido formado ou examinado pela Aula de Desenho e Estuque referida acima, em 2.1. A pintura mural atribuída ao período mariano – e que, estilisticamente, corresponderá à classificada por Liberato TELLES (1898) como “*pintura média*”, “degenerando” depois na “*pintura pobre*” mediante estampilha – é, até momento, o revestimento decorativo ausente nos contratos analisados. Para a obra da Rua do Ferragial, a indicação exaustiva dos elementos a pintar com fingidos “*a pinsel*”, supostamente, a óleo, é associável ao acabamento e decoração dos alizares, portas e janelas, tecto e corrimões das escadas (portanto, das madeiras), e ainda das “*semalhas das [...] cazas da frente*”, mas cuja natureza do suporte não é revelada¹³.

¹⁰ *Instruções muito admiraveis, e proveitozas para os modernos principiantes, que aprendem os officios de pedreiro e alvíneo.* Biblioteca Nacional de Portugal. Manuscritos Reservados. Cód. 10654.

¹¹ ANTT, Registos Notariais de Lisboa. Cartório n.º 11, Cx. 153, Lv. 720, p. 86, transcrito em SILVA, 1997.

¹² ANTT, Arquivos Notariais de Lisboa. Cartório notarial n.º 11, Cx. 155, Lv. 732, pp. 55-59, transcrito em SILVA, 1997.

¹³ ANTT, Arquivos Notariais de Lisboa. Cartório notarial n.º 11, Cx. 155, Lv. 732, pp. 55-59, transcrito em SILVA, 1997.

4.2. SOBREVIVÊNCIA, DEGRADAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO NO TEMPO

O teor, abrangência e detalhe da documentação nos *registos de inventário* do SIPA é, como se sabe, variável: não abarca a totalidade dos andares e espaços domésticos de cada edifício (fruto das limitações de acesso), e é reconduzível às últimas três décadas, com frequência de actualização diversa. Dos 213 registos de inventário de edifícios de rendimento na *Lisboa Pombalina*, 154 possuem documentação fotográfica dos interiores. Se a informação escrita é sobretudo centrada na tipologia arquitectónica e conjunto urbano, a documentação fotográfica, e algumas legendas que a acompanham (indicação do andar, do espaço), permitem traçar um primeiro panorama qualitativo dos programas decorativos. Confirmam aspectos formais, materiais e de articulação decorativa referidos acima, em 2.1, e possibilitam a identificação de recorrências de sobrevivência / permanência, degradação e transformação, entre as quais:

– **Azulejos** (segundo MIMOSO e ESTEVES, 2011): permanência dos rodapés e silhares nos diferentes espaços. Degradação ao nível de lacunas azulejares, falhas no vidrado, destacamento de elementos e linhas de fractura. Dinâmicas de reintegração de interrupções de figuração, a par da reaplicação e readaptação de azulejos nos diversos espaços (Fig. 5), derivada do seu carácter paralelamente funcional e decorativo. Revestimento com tintas opacas (rodapés e fiadas dos silhares às cotas mais baixas), preenchimento de lacunas e de juntas com novas argamassas (por vezes de compatibilidade incerta).



FIG. 5 – Dinâmica de reaplicação de azulejos de padrão num silhar: Rua da Madalena, 2.º andar (2003).

FONTE: DGRC / SIPA, registo Ipa.00034749.

– **Pintura mural**¹⁴: registo ínfimo, colateral à documentação geral dos espaços ou dos azulejos contíguos, mas testemunho da sua presença e variedade (decorativa; fingidos) para além dos andares nobres (1.º e 2.º), isto é, em caixas de escadas, e nos 3.º e 4.º andares (Fig. 6), em ruas principais e secundárias. Exibem descoloração, manchas e lacunas nas camadas cromáticas, pulverulência localizada (provavelmente associada a infiltrações), abrasão e picado que abrange os suportes de estuque. Sobrevivem sob múltiplos estratos de intervenções posteriores: novos guarnecimentos de argamassa / estuque; campanhas de pintura posteriores; papel de parede.

– **Estuques decorativos**: pouco documentados, em entradas comuns e espaços interiores dos fogos (salas de maior área). Alguns exemplares integram pintura decorativa ou figurativa. Degradação sob forma de manchas (de infiltrações de água; Fig. 7), lacunas (fasquiados de suporte à vista) e fissuras. Podem apresentar estratos adicionais de pintura de intervenções anteriores, por vezes em destaque.

– **Tectos com forro de madeira** (segundo APPLETON, 2011): mantiveram-se nos espaços comuns e interiores dos fogos, com adição de estratos de pintura superficial, monocromática, de manutenção. Além da deterioração do substrato lenhoso, percebem-se abaulamentos e fendilhação das tábuas, empolamento e destacamento da pintura de acabamento superficial.

Embora de forma parcial (isto é, sem abarcar todos os espaços e obras realizadas), os *processos de obras particulares* do AML possibilitam a criação de uma cronologia das intervenções nos interiores dos edifícios, bem como uma análise das alterações de uso no tempo, sobretudo ao nível dos primeiros e segundos andares, que tantas vezes passaram de habitação a serviços. Se grande parte da documentação diz respeito a beneficiações gerais exteriores e a alterações nos estabelecimentos comerciais dos pisos térreos, a menção **directa** à presença e condição dos programas decorativos surge – de forma isolada ou parcial – em:

– **Autos de vistoria** (sanitária, após denúncia, constituição de propriedade horizontal, avaliações camarárias de nível de conservação). Veja-se o caso de um prédio da Rua da Padaria em que, num auto de vistoria camarária de 2006, são descritos e fotografados os silhares de azulejos figurativos, pinturas murais (picadas, em intervenção) e tectos de madeira encabeirados nos vários espaços do 1.º e 2.º andares¹⁵. Ou a documentação fotográfica associada à avaliação recente do “nível de conservação” de um edifício da Rua da Emenda, após intervenção, que mostra que os tectos de estuque moldado e pintado do 2.º andar – documentados em 2004, no SIPA¹⁶ – foram, na generalidade, mantidos.

– **Informações prévias / projectos de conservação ou alteração** (peças escritas e desenhadas) de processos de licenciamento, sobretudo dos últimos 20 anos, e *relatórios prévios* a partir de 2009. Exemplo disso



FONTE: DGPC / SIPA, registos IPA.00034762 (à esquerda) e IPA.00025565 (em baixo).

FIGS. 6 E 7 – Em cima, permanência e condição de pintura mural sobre silhar de azulejos de padrão num 4.º andar da Rua da Prata, em 2003.

Em baixo, manchas, lacuna e fissuração no tecto em estuque num interior doméstico na Rua dos Sapateiros, em 2007.

¹⁴ Segundo ICOMOS-ISCS, 2008, aqui aplicado à pintura mural e aos estuques decorativos.

¹⁵ AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 36491, Proc. 141/DRGUP/I.

¹⁶ DGPC, 2019: SIPA, registo IPA.00034823.

é uma memória descritiva de 2006, para intervenção num edifício da Rua da Prata, em que se indica a presença de azulejos nos vários andares e a existência de pintura mural nos interiores do 1.º andar ¹⁷. Pinturas murais, supostamente localizadas nos 3.º e 4.º piso, são também reconhecíveis nas imagens do respectivo registo SIPA ¹⁸, remontrantes a 2004.

Na descrição formal, técnica e do estado de conservação dos programas decorativos, a terminologia usada é sobretudo genérica (por exemplo, azulejos *pombalinos*; termo *fresco* para designação das pinturas murais).

Entre a documentação que, de forma **indirecta** (isto é, sem referência específica aos acabamentos), pode auxiliar a leitura dos espaços domésticos no tempo e a interpretação das causas na origem das transformações e dos processos de degradação, merecem destaque:

– **Petições de licença para obras**, nos espaços comuns, num só andar e/ou fogo (esquerdo / direito), mormente durante a primeira metade do século XX, com indicação dos trabalhos a realizar. Por exemplo, em 1939, para um edifício da Rua dos Sapateiros, é autorizada a “*limpeza e pintura a óleo, branco, da escada desde a entrada até ao segundo andar [...] na parte sobre o azulejo*” ¹⁹ e, num 3.º andar da Rua dos Douradores, pede-se licença para “*reparações interiores, de concertos, em paredes, tetos solhos, caiações, aguadas, dar temperas pinturas em portas e alizares*” ²⁰.

– **Plantas e cortes do existente**, num dado momento histórico, e **alterações aprovadas** (por vezes sem peças escritas relevantes associadas). Plantas das décadas de 80 e 90 do século XX de um dos apartamentos de um 4.º andar, na Rua de São Julião ²¹, indicavam a presença de duas paredes divisórias, posteriormente erguidas numa das salas principais, transformando-a em dois quartos e zona de circulação. No local, a pré-existência de tais paredes é associável ao conjunto de marcas

transversais no tecto de saia-camisa encabeirado (temporariamente truncado), e alerta para a possível continuidade das pinturas decorativas ainda à vista, sob as camadas monocromáticas de tintas aplicadas nos restantes paramentos, aquando da reorganização espacial (Figs. 8 e 9).

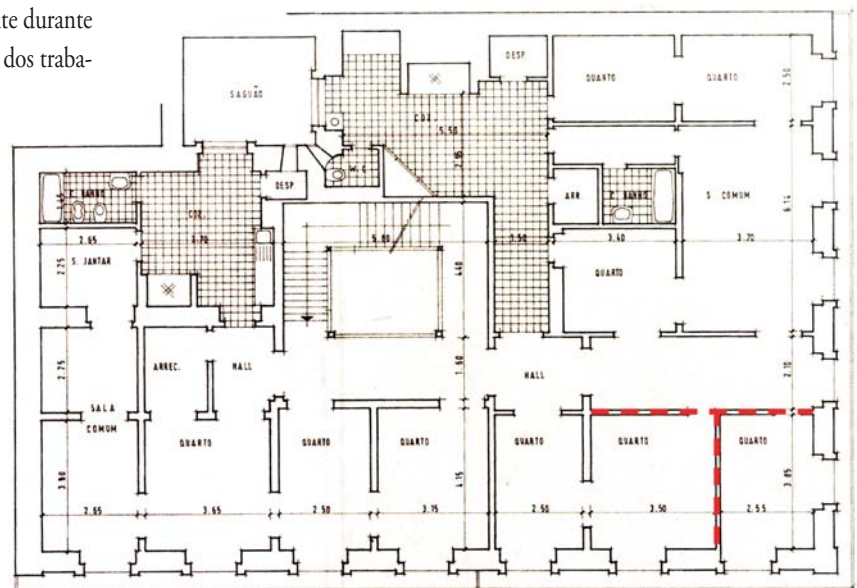
¹⁷ AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 6151, Proc. 39/IBC/04. Note-se que, nesta memória descritiva, as pinturas murais não são incluídas no capítulo onde se indicam os “*Elementos decorativos notáveis / valor patrimonial*”.

¹⁸ DGPC, 2019: SIPA, registo IPA.00034359.

¹⁹ AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 37054, Proc. 44525/39.

²⁰ AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 10962, Proc. 6026/DSC/PET/39.

²¹ AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 20385, Proc. 2100/OB/1996 e Proc. 3638/87.



FONTE: AML, Obra n.º 20385 (adaptado).



Foto: Marra Raposo.

FIGS. 8 E 9 – Em cima, planta de 4.º andar esquerdo na Rua de São Julião: a vermelho, paredes divisórias colocadas para reconfiguração espacial de uma das salas principais.

Em baixo, sala correspondente: tecto encabeirado, silhares de azulejo e pinturas decorativas, parcialmente à vista.

– **Exposição de factos, intimações e informações** camarárias, associadas à condição e processos de degradação nos andares contíguos aos espaços domésticos em análise. É exemplo um prédio da Rua Ivens, onde, nos anos 80 do século passado, os tectos estucados com “*grande pintura oitocentista*” do 1.º andar (já intervencionado em 1942) terão sofrido o impacto de infiltrações de água originadas pelas obras em curso no andar superior ²².

²² AML, Arquivo Intermédio, Obra n.º 43083, Proc. 1354/Dso/I/83 e Proc. 17125/Dsc/PET/43.

5. PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Através de alguns exemplos, ilustraram-se os percursos de pesquisa e o potencial informativo associados a algumas fontes documentais que, no abordar dos programas decorativos dos ambientes domésticos da *Lisboa Pombalina*, poderão dar nome e “[...] *acrescentar significado ao que de outra forma corre o risco de permanecer uma seqüência estratigráfica fria de construções e demolições sem autores, motivações, contexto e, portanto, história*” (BOATO, 1998).

A análise de uma primeira amostra de contratos de obra abre caminho à leitura dos aspectos históricos da construção, à luz da literatura técnica da época e dos séculos sucessivos (terminologia, especificações técnicas e formais), bem como a um enquadramento temporal da produção, permanência e evolução das soluções decorativas de interior, nos edifícios de “*rendimento*” e “*nobres de aluguer*”. A ampliação da amostra destes manuscritos poderá fornecer ulteriores detalhes acerca da suas sincronias e diacronias materiais, estilísticas, de disposição espacial e arquitectónica, para além da sua estratificação. Apesar de muito fragmentária, a natureza e recorrência da informação patente, quer na documentação dos registos de inventário do SIPA, quer nos processos de obras particulares do Arquivo Municipal de Lisboa, torna-se base para a construção de um panorama da sobrevivência e vicissitudes dos azulejos, pinturas murais, estuques e madei-

ramentos dos tectos (sem perder de vista a sua relação com os restantes acabamentos), nos diferentes espaços, à escala do *Conjunto de Interesse Público*. Por outro lado, na sua especificidade e diferente potencial de integração – a que se espera somar dados procedentes dos *relatórios prévios* produzidos ao longo da última década –, tal informação revela-se prometedora enquanto suporte à interpretação das causas e motivos da degradação e transformação identificadas *in loco*, mediante diagnóstico directo, em casos representativos de estudo.

Com este percurso metodológico, pretende-se contribuir para a construção de um quadro material coerente destes programas decorativos na *Lisboa Pombalina* (*conhecimento prévio*), abordagem que poderá alavancar a elaboração futura de orientações comuns para a sua análise, ao nível dos diferentes edifícios (*conhecimento pontual*), enquanto instrumento operativo para a sua conservação activa, aliada à dos interiores domésticos para onde foram criados. Isto é, não como mero acto preliminar ou instrutório das intervenções, mas ao longo do processo cultural de gestão (tutela, planeamento, obra) da sua consistência física, historicamente estratificada (MUSSO, 2014), sem nunca perder de vista a dimensão – humana e de futuro – do *conjunto*.

AGRADECIMENTOS

A primeira autora agradece ao DASTU - Dipartimento di Architettura e Studi Urbani, do Politecnico di Milano a bolsa de estudos referente ao 34.º ciclo do programa doutoral em “Conservação de Bens Arquitectónicos” (MIUR - Ministero dell’Università e della Ricerca). Agradece-se ainda à Câmara Municipal de Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, projectistas e promotores, a informação disponibilizada até ao momento, e, sobretudo, aos proprietários, pela possibilidade de acesso e de documentação dos espaços e programas decorativos. 🐾

REFERÊNCIAS

AAVv (1974) – “Editoriale”. In *Archeologia Medievale. Cultura Materiale, Insediamenti, Territorio*. Edizioni All’Insegna del Giglio s.a.s. 1: 7-9.

AGUIAR, José (2001) – *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

AGUIAR, José; CÓIAS, Vítor e AMENDOEIRA, A. Paula (2015) – “Baixa Pombalina a património mundial: ainda é possível? As conclusões possíveis”. Comunicação no Encontro *Baixa Pombalina a Património Mundial: ainda é possível?* (Lisboa, 21 de Abril). ICOMOS Portugal e GECORPA - Grémio do Património.

APPLETON, João (2011) – *Reabilitação de Edifícios Antigos: patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2001) – “Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro”.

Diário da República. Lisboa. Série I-A, N.º 20.

BARREIROS, Maria Helena (2004) – “Casas em Cima de Casas”: apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina”. *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). 21: 88-97.

BARREIROS, Maria Helena (2013) – “Apartamentos Pombalinos de Hoje: premissas”. *Revista Património*. Lisboa: DGPC. 1: 24-29.

BARREIROS, Maria Helena (2016) – “Interiores Pombalinos: o que fazer ainda destes prédios...”. *Revista Património*. Lisboa: DGPC. 4: 156-161.

BOATO, Anna (1998) – “Fonti indirette e archeologia dell’architettura: una proposta di metodo”. *Archeologia dell’Architettura*. Firenze: Edizioni All’Insegna del Giglio s.a.s. 3: 61-74.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2011) – *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina. Regulamento*. Lisboa: Câmara Municipal. Disponível em <https://bit.ly/323ToYQ>.

CARVALHO, Rosário Salema de e MANGUCCI, Celso (2018) – “Quem Faz o Quê: a produção

de azulejos na época moderna (séculos XVI a XVIII)". *Artis On*. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 6: 8-24. Disponível em <https://bit.ly/3IUwUkS>.

CEN - Comité Européen de Normalisation (2012) – *Conservation of cultural property: Condition survey and report of built cultural heritage*. Brussels: CEN. EN 16096:2012.

CEN - Technical Committee 346 (2018) – *Conservation of Cultural Heritage: Finishes and surfaces of built heritage - Investigation and documentation (draft under enquiry)*. Brussels: CEN. prEN 17259.

COLLECÇÃO DAS LEYS, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey fidelissimo D. Jozé o I, Nosso Senhor desde 31 de julho de 1769 até 7. de abril de 1775 (s.d.) – Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues. Tomo I.

CONSELHO DE MINISTROS (2009) – “Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho”. *Diário da República*. Lisboa. Série I, n.º 113.

CORREIA, Ana Paula e SILVA, Carolina Nunes da (2004) – “Azulejaria de Interior na Baixa Pombalina: um contributo para o seu estudo”. *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: DGPC. 21: 184-195.

COSTA, Francisco Pereira da (1955) – “Tectos Diversos”. In *Enciclopédia Prática da Construção Civil*. Lisboa: edição do autor.

DGPC - Direção-Geral do Património Cultural (2009) – SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [on-line]. Disponível em <https://bit.ly/2Zbf830>.

FRANÇA, José Augusto (1989) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. 3.ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

FRAZÃO, Irene e SANTOS, Maria Helena (2002) – “Revestimentos Decorativos nos Interiores dos Prédios Pombalinos”. *Património - Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). 3: 109-114.

FREIRE, Maria Teresa (2016) – *Restoration of ancient portuguese interior plaster coatings: Characterization and development of compatible gypsum-based products*. Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

GIAMBRUNO, Mariacristina (2002) – *Verso la dimensione urbana della conservazione*. Firenze: Alinea.

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites (1987) – *Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas (Washington Charter)*. Disponível em <https://bit.ly/333jCd5>.

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites (2011) – *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Tradução portuguesa de João Campos (2014). Disponível em <https://bit.ly/3202k00>.

ICOMOS-ISCS - International Scientific Committee for Stone (2008) – *Glossário Ilustrado das Formas de Deterioração da Pedra*. Tradução portuguesa de José Delgado Rodrigues e Maria João Revez. Disponível em <https://bit.ly/2Zf14Wm>.

MACEDO, Jorge Borges de (1982) – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus.

MANNONI, Tiziano (1996) – “Qualsiasi degrado fa parte della storia dell'edificio”. In BISCONTI, G. e DRIUSI, G. (eds.). *Dal Sito Archeologico all'archeologia del costruito. Conoscenza, progetto e conservazione*. Venezia: Arcadia Ricerche (Atti del Convegno di Studi Scienza e Beni Culturali).

MASCARENHAS, Jorge (1996) – *A study of the design and construction of buildings in the Pombaline quarter of Lisbon*. Ph.D. thesis. University of Glamorgan.

MELÂNEO, Paula (2018) – “O Fachadismo da Reabilitação”. *Jornal - Arquitectos*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. N.º 256. Disponível em <https://bit.ly/2Z9pv7C>.

MIMOSO, João e ESTEVES, Lurdes (2011) – *Vocabulário Ilustrado da Degradação dos Azulejos Históricos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

MONTEIRO, Patrícia (2019) – “A Pintura Mural de Finais do Século XVIII e Inícios do XIX na Baixa Pombalina”. *Artis On*. Lisboa: Instituto de

História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 9: 44-56. Disponível em <https://bit.ly/358WtIP>.

MUSSO, Stefano Francesco (2014) – “I centri storici e il dibattito contemporaneo della città e la conservazione”. In IACOMONI, Andrea (ed.). *Questioni sul recupero della città storica*. Roma: Aracne, pp. 67-82.

NETO, Maria João (2002) – “Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa”. *Património - Estudos*. Lisboa: IPPAR. 3: 93-99.

OLIVEIRA, Valério Martins de (1757) – *Advertencias aos modernos, que aprendem os officios de pedreiro e carpinteiro*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

REIS, Ana Rita; SIMÕES, Maria José e RODRIGUES, Susana (2004) – “A «Décima da Cidade»: contributo para a datação do edificado da Baixa”. *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: DGPC. 21: 58-65.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (2012) – “Portaria n.º 740-DV/2012, de 24 de Dezembro”. *Diário da República*. Lisboa. II Série. N.º 248 (suplemento).

SILVA, Raquel Henriques da (1997) – *Lisboa Romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

TELLES, Liberato (1898) – *A Decoração na Construção Civil. Pintura Simples*. Lisboa: Typographia do Commercio. Tomos 1 e 2.

[todas as ligações à Internet indicadas estavam activas em 2020-09-06]

PUBLICIDADE

NEOÉPICA
arqueologia e património

Prospecção, sondagens, escavação e acompanhamento arqueológico.

Marcação, inventariação e estudo de espólio arqueológico

Desenho técnico de campo e espólio arqueológico, ortofotografia e 3D

Arqueologia da Arquitectura

Geo-Arqueologia

Consultoria e peritagem

Conservação e restauro

www.neoepica.pt tel. 210793220 telem. 960148955